



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2011.0000254561

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0143709-81.2009.8.26.0001, da Comarca de São Paulo, em que é apelante PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS sendo apelado OSVALDO PERLUIZ (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente sem voto), WALTER CESAR EXNER E RUY COPPOLA.

São Paulo, 27 de outubro de 2011.

LUIS FERNANDO NISHI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto nº 8428

Apelação nº 0143709-81.2009.8.26.0001

Comarca: São Paulo – Foro Regional de Santana - 4ª Vara Cível

Apelante: PORTO SEGURO Companhia de Seguros Gerais

Apelado: Osvaldo Perluiz

Juiz 1ª Inst.: Dr. José Luiz de Carvalho

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – NEGATIVA DE COBERTURA – RECUSA FUNDADA NA COMPROVAÇÃO DE EMBRIAGUEZ PELO CONDUTOR DO VEÍCULO, FILHO DO SEGURADO – Apelação contra sentença que julgou procedente a ação, sob o fundamento de que a excludente de embriaguez não se aplica a terceiros na condução do veículo se, ao tempo da entrega das chaves, não se encontrava embriagado.

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – NEGATIVA DE COBERTURA – RECUSA FUNDADA NA COMPROVAÇÃO DE EMBRIAGUEZ PELO CONDUTOR DO VEÍCULO, FILHO DO SEGURADO – Agravamento do risco comprovado pela embriaguez do condutor – Circunstância que autoriza a exclusão da responsabilidade contratual – Dever de observância ao princípio da boa-fé que rege as relações contratuais – Inteligência do artigo 765, do Código Civil. Provimento do recurso para julgar improcedente a ação.

SUCUMBÊNCIA – Inversão – Fixação de honorários advocatícios. Recurso provido.

Vistos.

Da respeitável sentença de fls. 161/167,
Apelação nº 0143709-81.2009.8.26.0001 – São Paulo – Voto nº 8428 Ifg



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

declarada a fls. 177/178, que julgou procedente a ação de cobrança de seguro movida por **OSVALDO PERLUIZ** contra **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS S.A.**, apela a ré (fls. 182/199), pretendendo a inversão do resultado do julgado, com improcedência total do pedido, aduzindo que a apólice contratada contém cláusula de exclusão de responsabilidade para as hipóteses de sinistro de veículo automotor em que o condutor se encontrar sob efeito de álcool ou substância análoga. Insiste na validade da cláusula mencionada, sob fundamento de que o segurado, ao proceder à entrega de seu veículo a terceiros, assume os riscos de que este atenderá ao disposto na apólice contratada.

Recurso preparado, recebido e processado, com apresentação de resposta (fls. 207/219), em defesa do desate da controvérsia traduzido na sentença recorrida.

É o relatório, passo ao voto.

O autor moveu a presente ação pretendendo o pagamento de indenização securitária, alegando ter firmado contrato de seguro com a ré, tendo por objeto o veículo Uno Mille, cor preta, de placas EBV-9832, com vigência entre 07.07.2009 e 07.07.2010.

No dia 09.08.2009, na Avenida Gustavo Adolfo, o filho do autor envolveu-se em acidente de trânsito do qual resultou em seu óbito, tendo o segurado procedido às comunicações de praxe, lavrado boletim de ocorrência e formalizado o aviso de sinistro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ocorre, todavia, que a ré, ora apelante, se recusa a efetuar o pagamento da indenização contratada, sob o argumento de que o condutor do veículo encontrava-se alcoolizado no momento do acidente, conforme se denota da documentação juntada (fls. 27/28 e 39), o que exclui a cobertura securitária.

Citada, a ré ofereceu contestação, juntando documentos e, superada a fase postulatória, sobreveio sentença de procedência, escorada no argumento de que não comprovada a embriaguez do condutor no momento da entrega do veículo, não podendo o segurado sofrer a exclusão da cobertura contratada.

Restrita, pois, a controvérsia à ocorrência de hipótese de exclusão de responsabilidade, o recurso comporta provimento, respeitado o entendimento exarado pelo ilustre magistrado sentenciante.

É certo que o contrato firmado entre as partes (fls. 91/150) garante o pagamento de uma indenização ao segurado, em caso de danos materiais do veículo, desde que observadas as condições gerais e particulares previstas contratualmente.

No entanto, a cláusula 7.1.3 é expressa em afirmar a perda da indenização nas hipóteses em que o veículo segurado **“estiver sendo dirigido/utilizado por pessoa que esteja sob ação de álcool, drogas ou entorpecentes, quando da ocorrência do sinistro, desde que caracterizado o nexo causal. Essa hipótese aplica-se a qualquer situação e abrange não só os atos praticados diretamente pelo Segurado, mas também os praticados por qualquer pessoa que estiver conduzindo o veículo, com ou sem o consentimento do segurado”** (fls. 114/115).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Nada obstante cuidar-se de contrato padrão, com claros para preenchimento conforme o ajuste de vontade, presumem-se aceitos os seus termos frente à adesão não questionada, sem indicação, ainda que genérica, de qualquer vício de consentimento a impor-lhe a pecha de nulidade.

Conforme se depreende dos autos, o exame necroscópico realizado no condutor do veículo segurado (fls.27/28) atesta, claramente, no sentido da presença de álcool etílico no sangue, na concentração de 2 g/l (dois gramas por litro de sangue).

A circunstância de o veículo não ter sido conduzido pelo segurado não impede o reconhecimento da exclusão de responsabilidade mencionada, porquanto patente a assunção dos riscos pelo segurado ao confiar a condução do veículo a terceiro.

Consoante anota **Silvio Rodrigues**: *“Assim, aparecem no contrato em análise duas partes: o segurador e o segurado. Este fornece àquele uma contribuição periódica e moderada chamada prêmio, em troca do risco que o segurador assume de, em caso de sinistro, indenizar o segurado dos prejuízos por ele experimentados. O objeto do negócio é o risco, que o segurado transfere ao segurador: Através daquele desembolso limitado, o segurado adquire a tranqüilidade resultante da persuasão de que o sinistro não o conduzirá a ruína, pois os prejuízos, que porventura lhe advierem, serão cobertos pelo segurador¹”.*

A questão já foi enfrentada pelo **E. Tribunal de**

¹ In *Direito Civil - Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade*, Volume 3, Editora Saraiva, 2002, pág. 329/330.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Justiça do Estado de São Paulo. Confira-se, a propósito do tema, o V. Aresto de lavra do eminente **Desembargador Kioitsi Chicuta**:

“Ementa: Seguro facultativo. Acidente de veículo quando o condutor era o filho da segurada. Danos de grande monta e recusa da seguradora no seu pagamento. Ajuizamento de ação- de cobrança. Improcedência. Elementos que dão suporte à alegação de embriaguez do motorista. Anotação feita pelo médico, logo após o socorro, que o motorista exalava “?hálito alcoólico” ? e que o exame clínico revelava ‘alcoolemia aguda’. Pormenores do acidente próprios daqueles que conduzem c carro com os sentidos embotados pela bebida,? ou seja, colisão em rodovia contra a traseira de ‘um ônibus. Desnecessidade do exame de dosagem alcoólica. Existência, ademais, de cláusula’ específica de exclusão do sinistro coberto quando os danos são provocados pela condução, quer pelo segurado, , quer ? por pessoa -por ele autorizado, sob efeito de álcool. \ Observância do princípio da boa-fé ?objetiva. Recurso improvido. Há subsídios que atestam que o filho da segurada envolveu-se em acidente de trânsito na rodovia, colidindo - contra’ traseira de ônibus que seguia à sua frente, apurando que conduzia o veículo segurado sob efeito de álcool. O próprio médico que o socorreu anotou na ficha que ele exalava “hálito alcoólico” e que seu quadro, além dos ferimentos, era de “alcoolemia aguda”, não sendo exigível o exame de dosagem alcoólica como prova única e exclusiva. Os próprios pormenores do acidente revelam conduta própria dos que dirigem com os sentidos embotados pela bebida, batendo -contra a traseira direita do ônibus. É bem verdade que não era a segurada quem conduzia o veículo, mas há cláusula específica de que o risco é excluído da cobertura quando a condução, qualquer que seja o motorista, é feita por pessoa sob efeito de álcool. Trata-se a de regra elementar e que observa o princípio da boa fé objetiva.”²

Não se desconhece entendimento jurisprudencial no sentido de que a exclusão contratual somente encontra guarida nas hipóteses em que a embriaguez recaia sobre o próprio contratante, na condução do veículo segurado.

² Apelação nº 9146888-67.2009.8.26.0000, rel. Des. Kioitsi Chicuta, julg. em 25.02.2010



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

A regra, no entanto, deve ser aplicada também nas hipóteses em que o contratante confia a condução de seu veículo a terceiro, presumindo-se que este mantenha o cumprimento do contrato sem agravamento voluntário de seu risco, circunstância que não ocorre nos casos de embriaguez voluntária, como relatado nestes autos, ainda que, no momento da entrega das chaves, o terceiro não estivesse embriagado.

Assim, ao confiar a condução de seu veículo a terceiro, assumiu o contratante os riscos de haver agravamento do risco do contrato, como de fato houve, autorizando a incidência da regra de isenção, a afastar a o dever de indenizar, mormente quando agravado o mesmo risco pela embriaguez do terceiro condutor.

Impõe-se a aplicação do artigo 765 do Código Civil, que estabelece a **obrigação entre segurado e segurador a guardarem na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade**, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

Oportuna, neste passo, a lição de **Cláudio Luiz Bueno de Godoy** (*in* *Código Civil Comentado*, Coord. Min. César Peluso, Ed. Manole, p. 631):

“Este artigo, em redação mais ampla que a do art. 1.443 do Código anterior, mas tal qual lá já se pretendia, exige de maneira muito especial que, no contrato de seguro, ajam as partes com probidade e lealdade. Isso porque, como se disse nos comentários ao art. 757, o seguro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

encerra contrato essencialmente baseado na boa-fé. Lembre-se que, no seguro, contrata-se uma garantia contra um risco, qual seja, o de acontecimentos lesivos a interesse legítimo do segurado, mediante o pagamento de um prêmio, tudo fundamentalmente calculado com base nas informações e declarações das partes, cuja veracidade permite uma contratação que atenda as justas expectativas. É uma equação que leva em conta a probabilidade de ocorrência do evento que será garantido, assim impondo-se estrita observância à boa-fé dos contratantes, especialmente em suas informações e declarações (veja comentário ao artigo seguinte), para que ambos tenham sua confiança preservada na entabulação”.

Saliente-se que o pactuado pelas partes, mesmo em contrato de adesão, é válido desde que em consonância com as garantias constitucionais, certo ainda ter o contratante conhecimento das **regras contratuais**, especialmente dos riscos excluídos, não negado o conteúdo da apólice na inicial, portanto, fora do âmbito de indenização por parte da seguradora, ora apelante, com os quais aderiu livre e voluntariamente.

Consoante anotam, ainda, **Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery**, em “Código Civil Anotado e legislação extravagante”, 2ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, relativamente ao artigo 422 daquele diploma, pg.338/339: “**A boa-fé objetiva impõe ao contratante um padrão de conduta, de modo que deve agir como um ser humano reto, vale dizer, com probidade, honestidade e lealdade. Assim, reputa-se celebrado o contrato com todos esses atributos que decorrem da boa-fé objetiva**”.

Em razão do provimento recursal, fica, desta forma, o apelado condenado ao pagamento das custas, despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios da parte contrária que arbitro em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, na forma do **artigo 20, parágrafo 3º do CPC**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao
recurso.

LUIS FERNANDO NISHI
Relator